

Resenha / Review

PIRIS, Eduardo Lopes; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (orgs.). *Estudos sobre a argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos*. Natal/RJ: EDUFRN, 2020, 351p.

Rosalice Pinto* 

rosalice.pinto@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7638-654X>

A obra *Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos*, organizada por Eduardo Lopes Piris e Maria das Graças Soares Rodrigues, docentes e pesquisadores das Universidades Estadual de Santa Cruz e Federal do Rio Grande do Norte, respectivamente, é a primeira obra coletiva do Grupo de Trabalho Argumentação. Esse GT faz parte da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e teve a sua origem em 2017, congregando professores(as) com programas de orientação de mestrado e doutorado em vários estados brasileiros. São estes: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais. O grupo, liderado e co-liderado pelos organizadores do livro, visa estabelecer a interação e colaboração entre estudiosos das áreas de Letras e Linguística, no âmbito dos estudos retóricos, argumentativos (discursivos e textuais), procurando, inclusive, uma reflexão teórico-prática sobre a temática aplicada ao ensino.

Ao percorrer essa obra, o leitor encontrará doze capítulos de autoria de alguns dos relevantes pesquisadores que se dedicam aos estudos da Argumentação em contexto brasileiro. Dentre eles, destacam-se trabalhos de estudiosos alocados em várias instituições nacionais: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/RN), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA), Universidade de São Paulo (USP/SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade de Franca (UNIFRAN/SP); Universidade Federal de Alagoas (UFAL/AL), Universidade Federal de Sergipe (UFSE/SE); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/MG); Universidade Federal de Goiás (UFGO/GO); Universidade Federal da Paraíba (UFPB/PB); Universidade

* Universidade Nova de Lisboa – UNL, Lisboa, Portugal; Instituto de Filosofia e Centro de Investigação sobre Direito e Sociedade da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Federal de São João del-Rei (UFSJ/MG) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/BA). O livro traz um panorama atualizado sobre as diversas investigações que vêm sendo feitas no Brasil sobre a temática na atualidade.

Face à pluralidade de perspectivas teóricas adotadas pelo grupo e à diversidade dos objetos de pesquisa, o livro é dividido em quatro blocos. Em um primeiro bloco, encontram-se quatro textos que se ancoram fundamentalmente nos modelos toulmiano e perelmaniano, a partir das duas obras basilares dos estudos sobre a Argumentação no século XX: *The Uses of Argument*, de Stephen Toulmin, e *Le Traité de l'Argumentation - la nouvelle Rhétorique*, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, ambas de 1958 (1ª edição). Ainda, um quinto texto que indiretamente com elas interage, baseando-se, sobretudo, no modelo dialogal de Plantin. Já em um segundo bloco, são apresentados dois textos que pontuam de que forma as abordagens teóricas sobre a argumentação podem ser aplicadas ao contexto escolar. Em um terceiro bloco, composto de dois textos, são pontuados trabalhos que acentuam o aspecto discursivo da argumentação. No quarto, e último, são trazidos à tona três trabalhos que acentuam os elementos linguístico-textuais dos estudos argumentativos em textos empíricos.

O capítulo inaugural, “Estudos da argumentação do século XX: história, desdobramentos e rupturas”, estabelece uma espécie de inventário teórico sobre o termo argumentação nas obras mais emblemáticas sobre o tema no século XX. Nele, Débora Massmann, da UFAL, estuda o(s) sentido(s) da argumentação, a partir de uma perspectiva enunciativa, nas três obras clássicas dos estudos argumentativos: *Traité de l'Argumentation - la nouvelle Rhétorique*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca; *The Uses of Argumentation*, de Stephen Toulmin, e *L'Argumentation dans la langue*, de Anscombe e Ducrot. Tendo como base analítica o conceito de Domínio Semântico da Determinação (DSD), de Guimarães (2007), como “mecanismo de descrição e interpretação que mostra como, no acontecimento do dizer, a formação das palavras produz sentidos” (MASSMANN, 2020, p. 18), a autora traz uma contribuição relevante, demonstrando que todas as obras analisadas romperam com a discursividade de certos domínios teóricos. Com isso, Massmann pontua que a ressignificação do(s) sentido(s) de argumentação depende das condições de produção em que o próprio acontecimento do dizer se encontra inscrito.

O segundo capítulo, de Luiz Antônio Ferreira e Ana Cristina Carmelino, intitulado “Humor na rede: retórica e polêmica”, apresenta ao leitor as formas e condições da produção do humor nos meios digitais, ressaltando o caráter polêmico atrelado ao ato de argumentar. Através dos pressupostos da Retórica, da Nova Retórica e de alguns trabalhos sobre o humor, os autores exploram como este último é exteriorizado em exemplos de textos/gêneros que circularam na internet relativos ao cenário político brasileiro, nomeadamente, meme, *sticker*, charge e tira cômica. Nos exemplos analisados, atesta-se que o efeito humorístico obtido é sempre atingido pelo dissenso (característica essencial da polêmica), como o afirma Amossy (2017), sendo que, ao se expor na rede, não apenas o *ethos* é exaltado, mas também o *pathos* é insuflado, evidentemente, a partir dos recursos adequados – *logos*. Contudo, o próprio

desconhecimento do auditório a ser atingido na rede faz com que o apelo emocional (*pathos*) seja até mais importante do que o aspecto lógico e demonstrativo atrelado à argumentação. Um aspecto interessante desse estudo é o fato de os autores enfatizarem a importância estratégica do humor que, além de ser um recurso importante para se conseguir captar a atenção do auditório, contribui para a construção da própria credibilidade do orador.

À esteira dos capítulos anteriores, fundamentados prioritariamente na Nova Retórica, Eduardo Lopes Piris é o autor do terceiro capítulo, denominado “A interação entre os argumentos na Nova Retórica: análise de um pronunciamento parlamentar”. Neste, o autor analisa a argumentação pelo exemplo e pela autoridade no pronunciamento do deputado federal Mário Covas Júnior em sessão parlamentar do dia 12 de dezembro de 1968, véspera da promulgação do Ato Institucional n. 5 pelo regime militar. O intuito desse trabalho, seguindo preceitos teóricos desenvolvidos pela Nova Retórica, que rompe com o conceito cartesiano do termo argumentação, é mostrar de que forma esses tipos de argumento, associados ao próprio estatuto do fato relacionado à premissa, baseada na regra de justiça, contribuem para a instauração de um acordo entre o orador e o auditório. Para tal, foram demonstrados de que forma os diferentes argumentos podem interagir, no intuito de corroborar a defesa de uma tese. Na verdade, Piris traz uma reflexão importante ao reiterar a ideia de que um ato retórico não se restringe a um levantamento isolado de tipos de argumentos, devendo esses estar integrados entre si, estando também relacionados com a própria situação retórica, com as palavras do orador e as do auditório (cujas imagens são construídas pelo próprio discurso, não sendo previamente construídas). A partir dessas considerações teóricas, o autor demonstra, com propriedade, como os discursos argumentativos, na época, traduziram a tensão política, com forte ameaça aos princípios da liberdade.

O quarto capítulo, de autoria de Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, apresenta como título “Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas”. Neste, são promovidos diálogos teóricos entre abordagens linguísticas centradas nos paradigmas funcionalista e cognitivista e, no plano argumentativo propriamente dito, duas vertentes são utilizadas: uma centrada na argumentação epistêmica de Toulmin (2006, [1958]) e na argumentação prática - Fairclough e Fairclough (2012); e a outra orientada para o viés comunicativo-discursivo, defendido por Amossy (2018), para a discussão do *ethos* e do *pathos*. Seguindo esse arcabouço teórico, o objetivo do trabalho será mostrar o papel que os recursos linguísticos de posicionamento epistêmico, a evidencialidade (primariamente) e a modalidade epistêmica (secundariamente), exercem na construção da argumentação em dois editoriais da *Folha de São Paulo*, datados de 5 de dezembro de 2015 e 7 de janeiro de 2016. Esses versam sobre análise e avaliação do plano de reorganização das escolas públicas e sobre o movimento de resistência a esse plano, ocorridos durante o mandato do governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), em 2015. As análises trazem resultados interessantes, ao revelarem que tanto as expressões evidenciais quanto as modais epistêmicas apresentam um efeito argumento-retórico no que tange ao *logos*, ao *ethos* e ao *pathos*.

“Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação”, de autoria de Rubens Damasceno-Morais, é o sexto capítulo dessa obra. Neste, o autor objetiva aprofundar a perspectiva dialogal desenvolvida por Plantin (1990, 1996, 2005), pontuando algumas especificidades que lhe são características. Nesse âmbito, Damasceno-Morais reitera que a argumentação é biface, apresentando um caráter enunciativo e interacional. Com isso, o que importa é que os pontos de vista desenvolvidos por A e B, em interações reais, sejam antagônicos e entrem em ação a partir de determinada questão (sendo que esta surge na existência de uma dúvida – “Terceiro papel de atuação” de acordo com Plantin), respondida em função de determinados valores. Nesse contexto, dada a relevância do termo “interação”, mais importante do que definir o argumento utilizado é perceber e compreender como esse argumento surge. Assim, o processo de construção do argumento tem um papel fulcral. Nessa perspectiva dialogal, algumas especificidades analíticas foram destacadas. De forma a explorar essa abordagem teórica, Damasceno-Morais faz um estudo interessante, ao mapear uma situação de estase argumentativa em cenário intercultural e internacional, de falantes nativos de inglês debatendo em português como língua não materna. A partir do desacordo suscitado pela questão argumentativa “O chá inglês é melhor do que o café americano?”, que levou ao desencadeamento de duas perspectivas antagônicas formuladas pelos dois participantes do debate, foram desenvolvidas as análises.

Iniciando o segundo bloco, voltado fundamentalmente para a relação entre argumentação e contextos escolares, a contribuição de Isabel Cristina Michelan de Azevedo, Márcia Regina Curado Pereira Mariano e Glícia Azevedo Tinoco, capítulo sexto, traz um valioso trabalho, ao explorar as bases retóricas do ensino de argumentação via projeto de letramento (PL), assumindo uma base etnográfica. Para tal, consideram que nos PL, articulados a problemas sociais no cotidiano, encontram-se problemas controversos, exigindo aos estudantes determinado posicionamento: reduto profícuo para a argumentação. De forma a aprofundar a reflexão, são pontuadas três experiências de ensino da argumentação: duas realizadas no interior de Sergipe (Campo de Brito e Japarutuba), de Silveira (2016) e Moura (2019), respectivamente, e outra no interior do Rio Grande do Norte (Portalegre), de Aquino (2018), junto a alunos do 9º ano. Os três projetos, com a existência de diferenças procedimentais no que tange à elaboração dos PLs, têm em comum a utilização de PLs, embora variáveis em função dos objetivos pré-estabelecidos, requerendo aos alunos a resolução/minimização dos problemas específicos da sua comunidade, criando condições para que cada estudante assuma o papel de agente social, selecionando, para tal, as estratégias discursivas mais adequadas para atingir o seu propósito enunciativo e prático (em função da própria exigência da comunidade). As experiências efetuadas trazem importantes contribuições para o ensino da argumentação em contexto escolar, salientando tanto a relevância do trabalho colaborativo dos alunos em todas as etapas do PL, na leitura, na escrita e na oralidade, quanto o aprimoramento das capacidades argumentativas dos alunos, fortalecendo o seu papel de cidadão e de interventor social.

Dando continuidade a esse bloco, Soraya Maria Romano Pacífico, autora do sétimo capítulo, intitulado “Argumentação, autoria e ideologia: o sujeito-escolar e sua relação com a

escrita”, objetiva discutir de que forma se estabelece a relação entre argumentação e autoria na produção oral e escrita de alunos de três anos escolares (primeiro, terceiro e quinto anos). Os sujeitos da pesquisa são alunos de 9 a 11 anos, estudantes de uma escola pública de Educação Básica, em Ribeirão Preto. Partindo da leitura do livro de Ruth Rocha, intitulado “Uma história com mil macacos”, Pacífico, que segue a abordagem teórica da Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1993), marca a importância das condições de produção do discurso, a partir da análise de aspectos sócio-históricos e ideológicos. Dessa forma, a autora estabelece um percurso metodológico junto aos sujeitos-alunos. Os resultados da pesquisa apontam encaminhamentos interessantes para o desenvolvimento de sujeitos-alunos realmente ‘autores’, uma vez que esses se posicionam em relação ao texto lido, realizando, como a autora aponta, “gestos de interpretação e de autoria”. O aluno, ao ser motivado a expor seu ponto de vista de forma respeitosa e não assujeitada e opressora, pode, realmente, ser autor da sua própria argumentação.

O terceiro bloco, que diz respeito à interseção estabelecida entre a argumentação e os vários discursos, inicia-se com o capítulo sétimo, intitulado “A construção argumentativa pela emoção no discurso jurídico”, de Helcira Lima. Neste, Lima traz à tona o estudo da argumentação no discurso jurídico, fazendo reflexão sobre a construção da polêmica e da emoção em uma decisão proferida por um juiz da 1ª Vara Criminal e Juizado da Infância e da Juventude de Sete Lagoas/ MG, em 12 de fevereiro de 2007, em um processo que envolveu violência contra a mulher. É na análise linguístico-discursiva, detalhadamente exposta por Lima, baseada em categorias exploradas por Amossy (2014), dentre outros autores, que o trabalho de notória relevância demonstra de que forma a decisão de um juiz (que se poderia pensar ter um teor mais racional), é ‘contaminada’ de indícios que corroboram para a construção de uma ‘argumentação emocionada’, fundamentada no direito natural. No caso em análise, é através de recursos linguísticos vários que é estabelecida uma “empreitada beligerante” de teor machista e conservador, como afirma a autora, de teor emocionado, contra visões progressistas da sociedade, instigando a dicotomização da opinião pública.

Em “Não Aceitamos Crianças: discurso e argumentação no movimento *Childfree*”, segundo capítulo deste bloco e oitavo capítulo, Maria Flávia Figueiredo e Luciana Carmona Garcia Manzano se propõem a realizar uma análise retórico-discursiva de uma matéria publicada no site da *BBC News Brasil*, em agosto de 2017, intitulada “Não aceitamos crianças: avanço da onda *childfree* é conveniência ou preconceito?”. Ancorando-se nos aportes teórico-analíticos trazidos por Foucault (2015), relativos à análise crítica do discurso, por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Fiorin (2015) e Ferreira (2010), para o levantamento dos argumentos retóricos, as autoras ratificam a posição de Courtine (2009), enfatizando a existência de sentidos que se atualizam e que se perpetuam historicamente na sociedade. Além disso, com as análises efetuadas, demonstram, com clareza, que, no artigo jornalístico apontado, há um predomínio de estruturas quase-lógicas que, embora sigam o funcionamento das mesmas, baseiam-se no ‘equivoco argumentativo’, como apontam as autoras. Com esse texto, de importância também prática, as autoras sinalizam de que forma uma reflexão retórica bem alicerçada pode vir a contribuir tanto para a elaboração quanto para a defesa de teses.

No primeiro capítulo do último bloco, relativo a questões linguísticas da argumentação, correspondente ao nono capítulo, Erivaldo Pereira do Nascimento assina “O fenômeno do SE-Locutor: índice de polifonia e de argumentatividade na língua e no discurso”. Esse artigo é o resultado de várias pesquisas já perpetradas no âmbito do projeto “Estudos semântico-argumentativos e enunciativos na língua e no discurso: marcas de (inter)subjetividade e de orientação argumentativa (ESAELD)”. Nele, discutem-se a descrição e a análise do funcionamento linguístico-discursivo do SE-locutor ou ON-Locuteur/OMN1-Locutor, como indicadores de polifonia e de argumentatividade. Fundamentando-se na Semântica Argumentativa e Enunciativa atrelada aos estudos ducrotianos (DUCROT, 1987, 1988) e também aos trabalhos de Anscombre (2005; 2010), o autor objetiva mostrar de que forma a subjetividade pode ser evocada através de uma voz coletiva e anônima trazida à tona pelo locutor responsável do discurso (L1). Em termos analíticos, Nascimento trabalha com textos e enunciados pertencentes a diversos gêneros discursivos (especificamente, charge, reportagem, ata e relatório), procurando analisá-los seguindo um estudo qualitativo, de caráter descritivo e interpretativista. Esse capítulo merece destaque ao mostrar, a partir da análise do fenômeno do SE-Locutor, como esse pode vir a funcionar de forma diferente nos gêneros analisados, convocando elementos linguísticos também diversos.

Dando continuidade às análises linguísticas, mas com um viés mais discursivo, Maria das Graças Soares Rodrigues e Ana Lúcia Tinoco Cabral assinam o décimo capítulo, intitulado “Responsabilidade enunciativa, emoções e argumentação: a violência verbal em foco”. As autoras procuram responder de que forma os pontos de vista (PDV) e as emoções são construídas nas argumentações produzidas por figuras públicas e qual a função que exercem nessas mesmas argumentações. Em termos analíticos, as autoras fazem uso de um discurso público, veiculado na mídia digital (site do *Youtube*), em 21 de março de 2018, relativo a uma discussão sobre a inconstitucionalidade de doação oculta à campanha eleitoral, ocorrida no Supremo Tribunal Federal (STF). Esse discurso foi proferido pelo Ministro Luiz Roberto Barroso, em relação a críticas feitas ao tribunal, aos ministros e às decisões em sessão do STF, pelo Ministro Gilmar Mendes. Seguindo os pressupostos teóricos desenvolvidos por Rabatel (2015) para o estudo dos pontos de vista (PDV) e da responsabilidade enunciativa (RE), por Plantin (2010, 2011) e Micheli (2014) sobre as emoções, fundamentalmente, Rodrigues e Cabral trazem um percurso analítico detalhado e bem fundamentado. As análises efetuadas trazem um diagnóstico interessante sobre os discursos proferidos no STF, veiculados também pelas mídias digitais: o profícuo uso do discurso das emoções que tanto corrobora para a desqualificação do adversário quanto reforça a polêmica instaurada no domínio público.

O capítulo que encerra a obra, “Nós x eles: a polarização argumentativa na política brasileira contemporânea”, é de autoria de Argus Roero Abreu de Moraes. Ancorando-se na contribuição teórica de Benveniste (2006), concernente à organização pronominal da subjetividade humana; de Dahlet (2017), sobre a organização enunciativa do “nós”; e de Amossy (2017), relativa à diferença estabelecida entre “polarização” e “dicotomização”, o pesquisador esboça o processo de construção da polarização “nós x eles” no discurso político

atual brasileiro. As análises debruçam-se sobre o discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro, proferido em 1º de janeiro de 2019. O autor aponta, com as análises efetuadas, alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, salienta a relevância da marcação discursiva do “nós” para que se possa perceber o conjunto de tensões construídas enunciativamente pelo representante político. Tal constatação é atestada a partir de uma análise minuciosa da “oscilação referencial em relação a quem fala e a quem escuta”, como aponta o autor, associada ao levantamento das cadeias semânticas. Em segundo lugar, o pesquisador, ao enfatizar a descrição linguístico-discursiva da polarização “nós x eles”, na atualidade, possibilita-nos a melhor compreender o desenvolvimento dos grupos de extrema-direita, centrados na conversão de “adversários” em “inimigos”.

Com esta resenha, intentamos ressaltar os aspectos essenciais dos diversos capítulos que compõem essa obra, centrados nos estudos sobre a Argumentação em contexto brasileiro, seguindo diferentes abordagens teóricas e percorrendo textos inseridos em suportes diversos, com objetivos distintos. Alguns elementos permeiam todos os capítulos e merecem destaque. Inicialmente, a transversalidade da argumentação no dia a dia da sociedade atual nas diversas práticas a ela atreladas: política, jornalística, jurídica, escolar. Em seguida, também, a complexidade que lhe é intrínseca. A variedade de abordagens teóricas aqui convocada e as diversas categorias analíticas utilizadas, oriundas de perspectivas diversas, corroboram essa tese, demonstrando claramente a pluralidade de possíveis ângulos de ataque para o estudo da argumentação. Com isso, as contribuições trazidas com esse livro atestam, com muito rigor, a evolução dos estudos sobre a argumentação no Brasil ao longo das últimas décadas e os múltiplos diálogos que podem vir a ser estabelecidos entre as diversas perspectivas. Evidentemente, os estudos apresentados permitirão aos leitores interessados pela temática e estudiosos da área, além de um conhecimento teórico-analítico aprofundado, um levantamento bibliográfico de extrema atualidade.

Em suma, dado o caráter interdisciplinar do objeto de estudo da obra, releva-se aqui ser essa indispensável, não apenas para os estudiosos das Ciências da Linguagem (em suas múltiplas especialidades), mas também para profissionais de outras áreas do conhecimento que fazem uso da argumentação em sua *praxis* profissional.

Por fim e enfim, recomenda-se vivamente o acesso a esse e-book (disponibilizado gratuitamente). Esse meio de circulação da obra vem colaborar também para torná-la ainda mais acessível, corroborando para a formação de cidadãos mais conscientes da relevância do ato de argumentar nos diversos papéis sociais que exercem.

Recebido: 27/11/2020

Aprovado: 06/12/2020